



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Segunda-feira • 4 de Julho de 2022 • Ano VII • Nº 2049

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Sumário

Leis 02 a 57



Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

Gestor - João Machado Ribeiro / Secretário - Governo / Editor - Ass. Comunicação

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QJZDQJFEQJM2N0Y0NUZFNT

Leis

**MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA**



**Lei de Diretrizes
Orçamentárias**

2023

**Administração:
João Machado Ribeiro**

Apoio:
PLENNA
AUDITORIA E CONSULTORIA



LEI Nº 017, DE 27 DE JUNHO DE 2022.

“Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Barra da Estiva **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Cumprindo o que determina o art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e com a Lei Orgânica deste Município de Barra da Estiva, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para a elaboração dos orçamentos do município de Barra da Estiva para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I** – as metas fiscais e prioridades da administração pública municipal;
- II** – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III** – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV** – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V** – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais do Município;
- VI** – as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal e medidas para incremento da receita;
- VII** – as disposições gerais.



**CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

**SEÇÃO I
DAS PRIORIDADES**

Art. 2º – O Poder Público terá como prioridade a elevação da qualidade de vida, a redução das desigualdades sociais, a inclusão social, a oferta de serviços públicos com qualidade e ênfase para a educação, a saúde e a segurança, o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental e territorial, a competitividade, o equilíbrio das finanças públicas, a responsabilidade fiscal, a modernização da gestão, a oferta da infraestrutura de interesse social e o combate à pobreza e extrema pobreza, por meio de ações que visem:

I – aumentar a capacidade de investimento, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação, a racionalização e melhoria dos gastos públicos, a alavancagem de recursos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

II – desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;

III – desenvolvimento de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica, a revitalização e a conservação do meio ambiente;

IV – promover o desenvolvimento da infraestrutura social básica, criando condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços, como educação, saúde, saneamento, assistência social, segurança e esporte no âmbito do Município;

V – modernização, ampliação da infraestrutura e identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da sociedade e de outras esferas de governo;

VI – implantar políticas que fomentem o desenvolvimento tecnológico e institucional, criando mecanismos efetivos de estímulo à inovação, modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;

VII – promover o adensamento e o enraizamento de empreendimentos industriais e agroindustriais, articulando-os às economias de base local;



VIII – promover o desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

IX – promover política de austeridade na utilização dos recursos públicos, com vistas à consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

X – implantar a política de valorização do Servidor com foco na qualidade de vida e melhoria na condição de trabalho e remuneração;

XI – realizar ações na área social que visem à prevenção contra a prática de atos infracionais de crianças e adolescentes, combate às drogas e recuperação de dependentes químicos;

XII – priorizar as ações de saneamento básico;

XIII – promover ações de vigilância em saúde epidemiológica, ambiental, sanitária, desenvolvendo ações de proteção, promoção, prevenção, redução e eliminação de riscos à saúde no âmbito municipal;

XIV – apoiar e fomentar a prática de atividades esportivas como fator de inclusão social com o objetivo de retirada de crianças e adolescentes do convívio das ruas, onde a utilização de drogas passa a ser o principal atrativo para quem não tem perspectiva de futuro;

XV – implantar programas sociais para o desenvolvimento pleno e integral da criança e do adolescente, geração de oportunidades à proteção da juventude e redução da vulnerabilidade social das famílias do município;

XVI – apoiar e fomentar a economia solidária, o empreendedorismo e o microcrédito;

XVII – promover a cidadania, combater as situações de desigualdades sociais e ofertar oportunidades à cultura, o esporte e o lazer;

XVIII – promover ações de apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultura e artístico, priorizando o produto cultural do Município;

XIX – apoiar e fomentar a ações para reconstrução e recuperação dos prejuízos causados pelos desastres naturais;

XX – fomentar a inclusão social e o enfrentamento da pobreza em consonância com as políticas públicas federais e estaduais de desenvolvimento social inclusivo, em parceria com outras esferas de Governo e com a iniciativa privada.



§ 1º – O estabelecimento das Metas Físicas necessárias à concretização das prioridades dispostas neste artigo, para o exercício de 2023, será efetivado conforme o que disporá o Plano Plurianual para o mesmo período, devendo, caso necessário, realizar adequações de acordo com o disposto no artigo 10, desta Lei.

§ 2º – Com relação às prioridades de que trata o caput deste artigo observar-se-á, ainda, o seguinte:

I – em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira os órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações prioritárias vinculadas às prioridades estabelecidas nos termos deste artigo, tendo como referência o que estabelece o artigo 18 desta Lei.

Art. 3º – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica governamental, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais, e também da política social.

SEÇÃO II DAS METAS FISCAIS

Art. 4º – As metas fiscais de receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2023 e nos dois subsequentes, de que trata o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, são as constantes do Anexo I da presente Lei, composto com os seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo I – Metas Anuais (Descritivo da Metodologia de Projeção das Metas Fiscais);

b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Dos Servidores: Tabela 7 – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e Tabela 8 –



Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

h) Demonstrativo VIII – Da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único – As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2023, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos de 2022, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 5º – Os riscos fiscais para o exercício financeiro de 2023, de que trata o § 3º do art. 4º da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, são os constantes do Anexo III da presente Lei.

CAPÍTULO II **DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E** **EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES**

SEÇÃO I **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 6º – O Projeto de Lei Orçamentária de 2023 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, até 30 de setembro de 2022, além da mensagem, será composto de:

I – texto da lei;

II – anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

III – demonstrativos e informações complementares.

§ 1º – O anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados inclusive dos referenciados no § 1º e 2º do art. 2º e 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00, observadas as alterações posteriores, contendo:

I – sumário geral da receita e da despesa por funções do Governo;

II – receitas e despesas, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I de que trata o artigo 2º da Lei Federal nº 4.320/64;



III – despesas, segundo as classificações institucional e funcional, assim como da estrutura programática discriminada por programas e ações (projetos, atividades e operações especiais), que demonstre o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta;

IV – despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo os programas de governo estabelecidos no Plano Plurianual 2022-2025, com seus objetivos detalhados por ações (projetos, atividades e operações especiais);

V – quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º – Os demonstrativos e as informações complementares referidos no inciso III do caput deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

I – demonstrativo da evolução da receita e despesa na forma prevista no inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64;

II – da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

III – da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Lei Complementar 141/2012 e demais legislações pertinentes à matéria;

IV – quadro de pessoal e encargos sociais, a dar cumprimento ao inciso III, alíneas a e b do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000;

V – demonstrativo da compatibilidade das ações constantes da proposta orçamentária de 2023 com o Plano Plurianual 2022-2025;

VI – demonstrativo da compatibilidade da programação da proposta da Lei Orçamentária de 2023 com as metas fiscais estabelecidas no Anexo I da presente Lei.

Art. 7º – A receita será detalhada, na proposta da Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos.

§ 1º – A classificação da natureza da receita obedecerá a estrutura e os conceitos constantes da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes, notadamente o estabelecido por Portaria Conjunta STN/SOF.



§ 2º – A classificação da natureza da receita de que trata o § 1º deste artigo poderá ser detalhada para atendimento às peculiaridades ou necessidades gerenciais da Administração Pública Municipal.

Art. 8º – Para fins de integração do planejamento com o orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação das classificações institucional e funcional, e segundo sua natureza até o nível de modalidade de aplicação, além da estrutura programática, discriminada em programas e ações (projeto, atividade ou operação especial), de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para a consecução dos objetivos governamentais correspondentes.

Art. 9º – A despesa orçamentária, com relação à classificação funcional e estrutura programática, será detalhada conforme estabelecido na Lei Federal nº 4.320/64, segundo o esquema atualizado pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observados os conceitos estabelecidos nos artigos 1º e 2º da referida Portaria nº 42/99, e descritos nos parágrafos abaixo descritos.

§ 1º – Para fins de planejamento e orçamento, considera-se categoria de programação os programas de governo constantes do Plano Plurianual, ou nele incorporados mediante lei, e as ações orçamentárias (projeto, atividade e operações especiais) constantes na Lei Orçamentária Anual, ou nela incorporadas mediante crédito adicional especial.

§ 2º – Os programas da Administração Pública Municipal a serem contemplados no Projeto da Lei Orçamentária de 2023 serão compostos, no mínimo, de identificação, das respectivas ações (projeto, atividade e operações especiais), e seus recursos financeiros.

§ 3º – No Projeto de Lei Orçamentária de 2023 deve ser atribuído a cada ação orçamentária, para fins de processamento, um código sequencial, devendo as modificações propostas nos termos do art. § 3º do art. 166 da Constituição Federal preservar os códigos da proposta original.

§ 4º – As ações orçamentárias que integram as prioridades constantes da Lei Orçamentária de 2023, além do código a que se refere o parágrafo anterior, constarão do sistema informatizado de planejamento de forma que possibilite sua identificação e acompanhamento durante a execução orçamentária.

§ 5º – O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º – Cada ação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária de 2023 e



em seus créditos adicionais será associada a uma função e uma subfunção e detalhará sua estrutura de custo por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores.

I – As despesas de capital destinadas a obras públicas e à aquisição de imóveis serão incluídas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais somente na categoria “projeto”.

§ 7º – A subfunção deverá evidenciar cada área da atuação governamental, mesmo que a atuação se dê mediante a transferência de recursos a entidade pública ou privada.

Art. 10 – Para efeito de elaboração, execução e alteração da Lei Orçamentária Anual, deve-se observar os seguintes parâmetros:

I – função: o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II – função “Encargos Especiais”: engloba as despesas em relação às quais não possam associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outros afins, representando, portanto, uma agregação neutra;

III – subfunção: uma partição da função visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

IV – programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



VIII – programa de trabalho: a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

IX – órgão orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

X – unidade orçamentária: o órgão, entidade ou fundo da Administração Pública Municipal, direta e indireta, a que serão consignadas dotações na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais para a execução das ações integrantes do respectivo Programa de Trabalho;

XI – transposição: o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

XII – remanejamento: a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XIII – transferência: o deslocamento de recursos no âmbito das categorias econômicas de despesas estabelecida em um programa de trabalho, com vistas a priorizações de gastos;

XIV – reserva de contingência: a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte de recursos para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constituindo-se fonte compensatória para a abertura de créditos adicionais;

XV – passivos contingentes: questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública e, se julgadas procedentes, ocasionarão impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos em empréstimos, garantias concedidas em operações de crédito e outros riscos fiscais imprevistos;

XVI – créditos adicionais: as autorizações de inclusão de programas e ações não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XVII – crédito adicional suplementar: as autorizações de despesas destinadas a reforçar dotações de ações (projetos, atividades e operações especiais) e a inclusão ou alteração de categoria econômica e de grupo de natureza da despesa em projeto, atividade ou operação especial constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVIII – crédito adicional especial: as autorizações que visam à inclusão de



novos programas e ações (projetos, atividades e operações especiais), mediante lei específica, não computada na Lei Orçamentária;

XIX – crédito adicional extraordinário: as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo Municipal e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XX – unidade gestora: unidade orçamentária ou administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XXI – quadro de detalhamento da despesa (QDD): instrumento que detalha, operacionalmente, ações (projetos, atividades e operações especiais) constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos, constituindo-se em ferramenta de execução orçamentária e gerência;

XXII – alteração do detalhamento da despesa: A inclusão ou alteração de grupo de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas e ou fontes de recursos em projeto, atividade ou operação especial constantes da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais;

XXIII – receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzida a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 21 da Constituição Federal;

XXIV – despesa total com pessoal: o somatório dos gastos de cada Poder com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reforma e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.

Art. 11 – O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo único – A totalidade das receitas e despesas de cada autarquia e fundação constará no orçamento fiscal, mesmo que as entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do Tesouro Municipal.



Art. 12 – O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo único – As despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município, deverão ser financiadas com recursos alocados por meio do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT, combinado com a Resolução 1.277/2008, do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, e suas alterações.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 – A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2023 obedecerá aos princípios da unidade, universalidade e anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturado e organizado na forma da presente Lei, e na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, no que couber, na Lei nº 4.320, de 1964.

Parágrafo único – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas na presente Lei, a elaboração, a aprovação e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social serão orientadas para:

I – atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública consolidada e líquida estabelecida no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

II – evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III – aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;

IV – garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, constantes do Anexo II da presente Lei.

Art. 14 – A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e tendo em vista propiciar o controle de custos, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos resultados das ações de governo, será feita:



I – por programa e ação (projeto, atividade e operação especial), com a identificação das classificações orçamentária funcional-programática da despesa pública;

II – diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução da ação (projeto, atividade ou operação especial) correspondente, segundo os critérios da classificação institucional da despesa pública.

Art. 15 – A estimativa de receita será feita com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 16 – A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I – dos tributos de sua competência;

II – das transferências constitucionais;

III – das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV – dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V – das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI – da cobrança da dívida ativa;

VII – das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII – dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX – dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal e Emenda Constitucional 29/2000;

X – de outras rendas.

Art. 17 – O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal,



observadas as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º – O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da Receita Corrente Líquida – RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43 do Senado Federal e alterações.

Art. 18 – A fixação das despesas, além dos aspectos já considerados na presente Lei, deverá adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando-se o comportamento das despesas em anos anteriores e os efeitos decorrentes das decisões judiciais e, observará prioritariamente os gastos com:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviços da dívida pública municipal;

III – à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000;

IV – à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, destacando as dotações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que o instituiu;

V – as obrigações assumidas em contratos de operações de crédito, em convênios ou outros instrumentos congêneres;

VI – projetos e obras em andamento, cuja realização física prevista, até o final do exercício de 2022, seja de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total programado, independentemente da execução financeira, excluindo-se, dessa regra, os projetos, inclusive suas etapas, que sejam atendidos com recursos oriundos de operações de crédito ou convênios.

§ 1º – Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o



atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2º – As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as ações que visem a sua expansão.

Art. 19 – Na proposta da Lei Orçamentária de 2023, e seus créditos adicionais, os Programas de Trabalho da Administração Pública Municipal, direta e indireta, deverão observar as seguintes regras:

I – as ações programadas deverão contribuir para a consecução das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2022-2025;

II – os investimentos com duração superior a um exercício financeiro somente serão contemplados quando previstos no Plano Plurianual ou autorizada a sua inclusão em lei, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição e no § 5º do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – a destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio público, conforme disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, e as seguintes condições:

a) os recursos para novos projetos deverão ser suficientes para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício, observadas as disposições previstas no inciso II deste artigo;

b) será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

c) não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 20 – A Lei Orçamentária Anual conterá dotação global denominada “Reserva de Contingência”, constituída exclusivamente dos recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a até 3% (três por cento) da receita corrente líquida do Município, apurada nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/00, a ser utilizada no atendimento a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme preconizado na alínea “b” do inciso III do art. 5º do acima referido dispositivo legal, inclusive na abertura de créditos adicionais para atender a demais riscos previstos no Anexo II da presente Lei.

Art. 21 – A proposta orçamentária da Administração Pública Municipal terá seus valores atualizados a preços médios esperados em 2022, adotando-se na sua projeção ou atualização o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPC



disponibilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Art. 22 – As receitas diretamente arrecadadas e vinculadas das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão destinadas, por ordem de prioridade:

I – aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;

II – ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida;

III – às obrigações assumidas em contratos de operações de crédito, convênios ou outros instrumentos congêneres;

IV – aos investimentos necessários ao atendimento das demandas sociais.

§ 1º – A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no caput deste artigo, poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou desde que atendidas plenamente às prioridades indicadas e os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

§ 2º – A programação da despesa à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

§ 3º – Os órgãos, os fundos e as entidades da Administração Municipal, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de um Programa de Trabalho, serão identificados na proposta orçamentária como unidades orçamentárias.

§ 4º – As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou de crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da administração integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

Art. 23 – A Lei Orçamentária Anual estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e das necessidades do Município.

Art. 24 – Visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira ao Poder Legislativo Municipal, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração de sua proposta orçamentária anual:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais observarão ao disposto no



art. 46 desta Lei, bem como na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;

II – as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite estabelecido pela Emenda Constitucional referida no inciso anterior.

Parágrafo único – Na elaboração de sua proposta orçamentária anual, a Câmara Municipal obedecerá, também, aos princípios constitucionais da economicidade e da razoabilidade.

Art. 25 – A proposta orçamentária anual da Câmara Municipal deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal, até o dia 31 de julho de 2022, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de Orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, por parte do Poder Executivo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal a respeito.

Art. 26 – Os órgãos, fundos e entidades da administração indireta deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2022, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 27 – O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2022, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2023, conforme determina o art. 100, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 94/2016, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I** – número e data do ajuizamento da ação ordinária;
- II** – número e tipo do precatório;
- III** – tipo da causa julgada;
- IV** – data da autuação do precatório;
- V** – nome do beneficiário;
- VI** – valor a ser pago; e,
- VII** – data do trânsito em julgado.



Parágrafo único – A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

I – precatórios de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave;

II – os demais precatórios de natureza alimentícia;

III – precatórios de natureza não alimentícia, com valor não superior a 20 (vinte) salários mínimos, cujo pagamento deverá ser efetuado em parcela única;

IV – precatórios de natureza não alimentícia, com valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, cujo pagamento poderá ser efetuado de forma parcelada, vedado o comprometimento mensal do Fundo de Participação do Município superior ao acordado com o Juizado Especial de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;

V – precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso III, serão divididos em 2 (duas) parcelas, iguais e sucessivas.

Art. 28 – As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I – na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II – acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais especiais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º – Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e das respectivas metas.

§ 3º – Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.



§ 4º – Nos casos de créditos à conta de recursos do excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

Art. 29 – Na apreciação pelo Poder Legislativo Municipal do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual 2022-2025 e com esta Lei;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas, os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III – sejam relacionadas com:

a) correção de erros ou omissões; ou

b) dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º – As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I – caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária anual;

II – no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º – A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º – O Poder Legislativo dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao Projeto de Lei, às Emendas e ao Parecer Final das emendas apresentadas.

Art. 30 – A criação de novos projetos ou atividades por emenda Parlamentar, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.



Art. 31 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Art. 32 – O Chefe do Poder Executivo Municipal adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de novas prioridades na elaboração da Lei Orçamentária de 2023, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único – Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I – mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classe, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II – pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício; ou

III – por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 33 – O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 34 – Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, conforme estabelece o § 8º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 35 – Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º – As atividades, projetos e as operações especiais serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos;



§ 2º – Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar as atividades, projetos e operações especiais consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e a Fonte de Recursos;

§ 3º – Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, por via do ato pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 4º – Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

I – no âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto, do Prefeito Municipal;

II – no âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via ato próprio do Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 36 – A Câmara Municipal deverá encaminhar a Programação de Desembolso Mensal para o exercício de 2023 ao Poder Executivo até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2023. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, consolidará e elaborará a programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 37 – Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita está aquém do previsto, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, para adequar o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo da receita realizada, visando atingir as metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2023, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101/2000, observados os seguintes procedimentos:

I – definição do percentual de limitação de empenho e movimentação financeira que caberá a cada Poder, calculado de forma proporcional à participação de cada um no total das dotações fixadas para outras despesas correntes e despesas de capital na Lei Orçamentária de 2023;

II – comunicação, pelo Poder Executivo Municipal, ao Poder Legislativo Municipal do montante que caberá a cada um na limitação de empenho e



movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa da receita;

III – a limitação de empenho e movimentação financeira será efetuada na seguinte ordem decrescente:

a) investimentos e inversões financeiras;

b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;

c) outras despesas correntes.

Parágrafo único – Caso ocorra à recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

Art. 38 – As propostas de modificação da Lei Orçamentária Anual por crédito adicional especial serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o § 2º do art. 28 desta Lei.

Art. 39 – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários será efetivada, no limite dos seus saldos e quando necessária, mediante Decreto do Poder Executivo Municipal, até 31 de março de 2023, observado o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 40 – Serão aditados ao orçamento do Município, através da abertura de créditos especiais, os programas que sejam introduzidos ou modificados no Plano Plurianual 2022-2025 durante o exercício de 2023.

Art. 41 – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática e respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidades de aplicação.

Parágrafo único – A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 42 – A inclusão ou alteração de categoria econômica, grupo de natureza



da despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos em projeto, atividade ou operação especial constantes da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, será feita mediante abertura de crédito adicional suplementar e ou alteração de QDD, através de decreto do Poder Executivo Municipal, respeitados os objetivos dos mesmos.

SEÇÃO III DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS AO SETOR PRIVADO

Art. 43 – A transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, somente é permitida a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios e que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou em outro órgão equivalente no âmbito estadual ou municipal;

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 da ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

III – sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com Termo de Parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, alterada pela Lei nº 10.539, de 23 de setembro de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; ou

IV – sejam qualificadas como Organização Social, com Contrato de Gestão firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

§ 1º – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular dos últimos dois anos, emitida no exercício de 2023 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º – Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, contratos de repasses, termos de parceria ou instrumento similar, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal através de Lei específica.

Art. 44 – Para efeito desta Lei, entendem-se como:

I – subvenções sociais – as transferências correntes às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, destinadas a cobrir as despesas de custeio de instituições privadas sem fins lucrativos que visem à prestação de serviços essenciais nas áreas educacional, cultural ou de assistência social e médica, de acordo com o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 12 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e exerçam suas atividades de forma continuada e



gratuita;

II – contribuições – as transferências correntes que atendem às mesmas exigências contidas no inciso I acima, porém destinadas a cobrir as despesas de custeio das demais instituições privadas sem fins lucrativos, não enquadrados nas áreas especificadas no inciso referido;

III – auxílios – as transferências de capital que, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, são destinadas a despesas de investimentos de instituições privadas sem fins lucrativos, conforme o disposto no § 6º artigo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, cujas atividades sejam exercidas de modo continuado e gratuito.

SEÇÃO IV DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS

Art. 45 – A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, observadas as seguintes disposições:

I – ação governamental específica em que se insere o benefício esteja prevista na Lei Orçamentária de 2023;

II – reste demonstrada a necessidade do benefício como garantia de eficácia do programa governamental em que se insere;

III – haja normas a serem observadas na concessão do benefício que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação, classificação e seleção dos beneficiários.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 46 – Para os fins do disposto no caput do art. 169, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60,0 % (sessenta por cento) os percentuais da receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, a que se refere o precitado mandamento.

Parágrafo único – Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;



III – decorrentes de decisão judicial;

IV – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º, do art. 201, da Constituição Federal;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 47 – A repartição do limite global do artigo anterior, em consonância com o Inciso III, art. 20, da Lei Complementar nº 101/2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

I – 6 % (seis por cento) para o Legislativo;

II – 54 % (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 48 – No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – forem observados os limites previstos no artigo anterior, observando-se o acesso mediante concurso público, salvo as contratações de livre nomeação do Chefe do Poder Legislativo e Executivo.

Art. 49 – Os projetos de lei sobre atualização e criação de planos de cargos e salários, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, deverão ser acompanhados de manifestações dos órgãos atingidos, como também pelos órgãos responsáveis pela Administração de Pessoal, Planejamento e Finanças.

Parágrafo único – Os órgãos próprios do Poder Legislativo assumirão, em seus âmbitos, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 50 – No exercício financeiro de 2023, a realização de serviços extraordinário, não será permitido quando a despesa houver extrapolado noventa e



cinco por cento dos limites referidos no art. 36 desta lei, exceto, quando ocorrer ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para a área de saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 51 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar 101/00– LRF.

§ 1º – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme preceitua o § 3º do art. 14 da LRF.

§ 2º – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, na forma do § 2º do art. 14 da LRF.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 – Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal, e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, constituir-se-ão em Unidades Orçamentárias, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 53 – Caso o Projeto da Lei Orçamentária de 2023 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal Legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Parágrafo único – As alterações dos saldos dos créditos orçamentários apurados em decorrência do disposto neste artigo serão ajustadas após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação parcial ou total de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência,



sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 54 – Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 e da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 55 – A elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária anual deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo II desta Lei (Metas Fiscais).

Art. 56 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia, em 27 de junho de 2022.


João Machado Ribeiro
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 001 - PODER LEGISLATIVO		Órgão Responsável: 001 - CÂMARA MUNICIPAL									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Gestão dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal / Função: 01 - Subfunção: 122	CÂMARA MUNICIPAL	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		713.000,00	
002 - Ampliação Reforma e Adaptação da Sede do Poder Legislativo / Função: 01 - Subfunção: 122	CÂMARA MUNICIPAL	Sede	P	BEM	Unidade Ampliada / Reformada	Projeto	2023	1		39.700,00	
003 - Equipamentos da Câmara Municipal / Função: 01 - Subfunção: 122	CÂMARA MUNICIPAL	Sede	A	BEM	Estrutura Modernizada	Atividade	2023	1		45.000,00	
004 - Gestão das Ações do Plenário / Função: 01 - Subfunção: 031	CÂMARA MUNICIPAL	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		1.714.900,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 002 - GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL		Órgão Responsável: 002 - GABINETE DO PREFEITO								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
001 - Gestão dos Serviços do Gabinete do Prefeito / Função: 04 - Subfunção: 122	GABINETE DO PREFEITO	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		1.139.900,00
002 - Gestão dos Serviços da Controladoria Municipal / Função: 04 - Subfunção: 124	GABINETE DO PREFEITO	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		94.700,00
003 - Gestão dos Serviços da Procuradoria Geral do Município / Função: 02 - Subfunção: 062	GABINETE DO PREFEITO	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		123.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA		Órgão Responsável: 003 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Construção e Reformas do Centro Administrativo / Função: 04 - Subfunção: 122	ADMINISTRAÇÃO	Sede	P	BEM	Unidade Construída / Reformada	Unidade	2023		50%	623.400,00	
002 - Gestão dos Serviços da Secretaria de Administração / Função: 04 - Subfunção: 122	ADMINISTRAÇÃO	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		5.420.400,00	
003 - Gestão dos Serviços de Segurança Pública / Função: 04 - Subfunção: 331	ADMINISTRAÇÃO	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		167.800,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 004 - GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL		Órgão Responsável: 004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
001 - Gestão dos Serviços da Secretaria de Finanças / Função: 04 - Subfunção: 123	FINANÇAS	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		169.900,00
002 - Contribuição p/ Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP / Função: 04 - Subfunção: 331	FINANÇAS	Sede	O	SERVIÇO	Contribuição para o PASEP	Contribuição Mensal	2023	12		386.100,00
003 - Parcelamento e Amortização de Dívidas / Função: 28 - Subfunção: 843	FINANÇAS	Sede	O	SERVIÇO	Parcelamentos Pagos	Parcela	2023	12		1.388.000,00
004 - Sentenças Judiciais e Precatórios / Função: 28 - Subfunção: 846	FINANÇAS	Sede	O	SERVIÇO	Sentenças Judiciais	Conjunto de Processos	2023	1		80.600,00
005 - Reserva de Contingência / Função: 99 - Subfunção: 999	FINANÇAS	Sede	A	SERVIÇO	Reserva de Contingência	Reserva	2023	1		207.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 005 - EXPANSÃO E QUALIDADE NO ENSINO		Órgão Responsável: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Gestão dos Serviços da Educação / Função: 12 - Subfunção: 122	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		1.078.200,00	
002 - Apoio aos Conselhos Municipais de Educação / Função: 12 - Subfunção: 122	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		31.200,00	
003 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar / Função: 12 - Subfunção: 306	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Alunos Atendidos	Atividade	2023	1		1.102.200,00	
004 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino Fundamental / Função: 12 - Subfunção: 361	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	P	BEM	Unidade Reformada	Projeto	2023	3		377.700,00	
005 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental / Função: 12 - Subfunção: 361	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		16.011.800,00	
006 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino Infantil / Função: 12 - Subfunção: 365	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	P	BEM	Unidade Reformada	Projeto	2023	1		103.900,00	
007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil - Creches / Função: 12 - Subfunção: 365	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		1.052.200,00	
008 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil - Pré-Escola / Função: 12 - Subfunção: 365	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		2.805.100,00	
009 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos / Função: 12 - Subfunção: 366	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		970.000,00	
010 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Especial / Função: 12 - Subfunção: 367	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		783.400,00	
011 - Manutenção do Programa de Transporte Escolar / Função: 12 - Subfunção: 782	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Transporte Escolar Mantido	Atividade	2023	1		2.984.100,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 006 - DIFUSÃO CULTURAL		Órgão Responsável: 003 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
001 - Gestão dos Serviços de Difusão Cultural / Função: 13 - Subfunção: 392	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		306.700,00
002 - Apoio e Realização de Eventos Culturais e Festejos Tradicionais / Função: 13 - Subfunção: 392	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Festejos Tradicionais Realizados	Atividade	2023	5		1.095.700,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 007 - VIVER O ESPORTE		Órgão Responsável: 003 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
001 - Construção e Reforma de Campos de Futebol e Quadras Poliesportivas / Função: 27 - Subfunção: 812	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	P	BEM	Unidade Construída / Reformada	Projeto	2023	1		646.300,00
002 - Apoio a Realização de Eventos Desportivos / Função: 27 - Subfunção: 812	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Calendário de Eventos	Atividade	2023	1		47.900,00
003 - Programa Faz Atleta - Esporte Amador / Função: 27 - Subfunção: 812	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Programa Mantido	Atividade	2023	1		103.900,00
004 - Construção de Áreas de Lazer / Função: 27 - Subfunção: 813	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Sede e Distrito	P	BEM	Conjunto de Unidades Construídas	Projeto	2023	1		207.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 008 - DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL		Órgão Responsável: 006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Gestão dos Serviços de Assistência Social / Função: 08 - Subfunção: 122	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		476.600,00	
002 - Apoio aos Conselhos Municipais de Assistência Social / Função: 08 - Subfunção: 122	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		20.800,00	
003 - Gestão do Programa Bolsa Família - IGD BF / Função: 08 - Subfunção: 122	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede e Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		288.300,00	
004 - Gestão do SUAS - IGD SUAS / Função: 08 - Subfunção: 122	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede e Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		73.800,00	
005 - Gestão dos Serviços do Fundo Municipal de Assistência da Criança e do Adolescente / Função: 08 - Subfunção: 243	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		135.100,00	
006 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Assistência Social / Função: 08 - Subfunção: 244	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede	P	Serviço	Conjunto de Unidades Reformadas	Projeto	2023	1		62.300,00	
007 - Proteção Social Básica - (SCFV, PBF) / Função: 08 - Subfunção: 244	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede e Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Conjunto de Famílias Assistidas	Atividade	2023	1		581.800,00	
008 - Proteção Social Especial / Função: 08 - Subfunção: 244	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede e Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		207.800,00	
009 - Benefícios Eventuais / Função: 08 - Subfunção: 244	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede e Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Conjunto de Cidadãos Assistidas	Atividade	2023	1		108.200,00	
010 - Segurança Alimentar e Nutricional / Função: 08 - Subfunção: 306	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede e Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		155.900,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 008 - DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL		Órgão Responsável: 006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
011 - Geração de Emprego e Renda / Função: 08 - Subfunção: 334	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sede e Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Coberta	Atividade	2023	1		155.900,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 009 - GESTÃO DA INFRAESTRUTURA		Órgão Responsável: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
001 - Gestão da Infraestrutura e Serviços Públicos / Função: 15 - Subfunção: 122	INFRAESTRUTURA	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		5.960.600,00
002 - Pavimentação de Vias e Melhorias de Espaços Públicos / Função: 15 - Subfunção: 451	INFRAESTRUTURA	Sede, Distrito e Zona Rural	P	BEM	Obras Realizadas	Obra	2023	1		1.678.100,00
003 - Obras de Infraestrutura / Função: 15 - Subfunção: 451	INFRAESTRUTURA	Sede, Distrito e Zona Rural	P	BEM	Obras Realizadas	Obra	2023	1		1.678.100,00
004 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública / Função: 15 - Subfunção: 452	INFRAESTRUTURA	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Iluminação Pública Mantida	Atividade	2023	1		414.000,00
005 - Construção e Melhoria de Casas Populares / Função: 16 - Subfunção: 482	INFRAESTRUTURA	Sede, Distrito e Zona Rural	P	BEM	Casas Construídas e Melhoradas	Unidade	2023	40		52.000,00
006 - Melhorias Sanitárias Domiciliares / Função: 17 - Subfunção: 512	INFRAESTRUTURA	Sede e Distrito	P	SERVIÇO	Unidades Sanitárias Construídas / Melhoradas	Unidade	2023	1		624.400,00
007 - Manutenção da Limpeza Pública / Função: 17 - Subfunção: 512	INFRAESTRUTURA	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Limpeza Pública Mantida	Atividade	2023	1		272.300,00
008 - Implantação e Manutenção de Esgotamento Sanitários e Pluvial / Função: 17 - Subfunção: 512	INFRAESTRUTURA	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		103.900,00
009 - Manutenção da Rede de Abastecimento de Água / Função: 17 - Subfunção: 512	INFRAESTRUTURA	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		464.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa: 010 - PREVENÇÃO E ATENÇÃO À SAÚDE		Órgão Responsável: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Gestão dos Serviços de Saúde / Função: 10 - Subfunção: 122	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		4.293.800,00	
002 - Apoio ao Conselho Municipal de Saúde/ Função: 10 - Subfunção: 122	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede	A	SERVIÇO	Conselho Mantido	Atividade	2023	1		10.400,00	
003 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Atenção Básica / Função: 10 - Subfunção: 301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede	P	BEM	Unidade Construída / Reformada	Projeto	2023	2		166.200,00	
004 - Programa de Atenção Básica à Saúde / Função: 10 - Subfunção: 301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		1.458.500,00	
005 - Programa de Saúde da Família / Função: 10 - Subfunção: 301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Famílias Atendidas	Atividade	2023	1		2.210.000,00	
006 - Programa de Agentes Comunitários de Saúde / Função: 10 - Subfunção: 301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Famílias Atendidas	Atividade	2023	1		1.548.900,00	
007 - Programa de Saúde Bucal / Função: 10 - Subfunção: 301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Cidadãos Atendidos	Atividade	2023	1		119.500,00	
008 - Programa Previne Brasil / Função: 10 - Subfunção: 301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Coberta	Atividade	2023	1		108.300,00	
009 - Enfrentamento da Pandemia - Covid-19 / Função: 10 - Subfunção: 301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		216.300,00	
010 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Média Complexidade / Função: 10 - Subfunção: 302	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede	P	BEM	Unidade Construída / Reformada	Projeto	2023	1		415.600,00	
011 - Atenção à Saúde da População p/ Procedimentos em Alta e Média Complexidade / Função: 10 - Subfunção: 302	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		556.400,00	
012 - SAMU / Função: 10 - Subfunção: 302	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		623.400,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa:		Órgão Responsável:								
010 - PREVENÇÃO E ATENÇÃO À SAÚDE		008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
013 - Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS / Função: 10 - Subfunção: 302	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		688.100,00
014 - Tratamento Fora do Domicílio - TFD / Função: 10 - Subfunção: 302	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Cidadãos Atendidos	Atividade	2023	1		86.200,00
015 - Consórcio de Saúde / Função: 10 - Subfunção: 302	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Participação em Consórcios	Atividade	2023	1		258.100,00
016 - Assistência Farmacêutica Básica / Função: 10 - Subfunção: 303	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		345.200,00
017 - Vigilância Sanitária / Função: 10 - Subfunção: 304	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Atendida	Atividade	2023	1		20.800,00
018 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde / Função: 10 - Subfunção: 305	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	População Coberta	Atividade	2023	1		457.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa:		Órgão Responsável:									
011 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL		009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Gestão dos Serviços de Agricultura / Função: 20 - Subfunção: 122	AGRICULTURA	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		572.400,00	
002 - Desenvolvimento da Agricultura Familiar / Função: 20 - Subfunção: 608	AGRICULTURA	Zona Rural	A	SERVIÇO	Conjunto de Famílias Beneficiadas	Atividade	2023	1		37.600,00	
003 - Promoção da Produção Animal e Vegetal / Função: 20 - Subfunção: 608	AGRICULTURA	Zona Rural	A	SERVIÇO	Conjunto de Atividades Promovidas	Atividade	2023	1		26.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa:		Órgão Responsável:								
012 - CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE E DO TURISMO		010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO								
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)
								Qtd	%	
001 - Gestão das Ações de Proteção ao Meio Ambiente / Função: 18 - Subfunção: 541	MEIO AMBIENTE E TURISMO	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		395.800,00
002 - Serviços de Apoio ao Turismo / Função: 23 - Subfunção: 695	MEIO AMBIENTE E TURISMO	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	ATIVIDADE	2023	1		16.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa:		Órgão Responsável:									
013 - GESTÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL		011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Gestão dos Serviços de Transportes / Função: 26 - Subfunção: 782	TRANSPORTES	Sede, Distrito e Zona Rural	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		3.074.100,00	
002 - Manutenção das Estradas Vicinais / Função: 26 - Subfunção: 782	TRANSPORTES	Zona Rural	A	SERVIÇO	Malha de Estradas Vicinais Mantidas	Unidade	2023	1		467.800,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
ESTADO DA BAHIA

LDO 2023
METAS E PRIORIDADES

Programa:		Órgão Responsável:									
014 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		012 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE									
Ação / Função - Subfunção	Unid. Executora	Região	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Indicador	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas		Valores (R\$)	
								Qtd	%		
001 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água / Função: 17 - Subfunção: 512	SAAE	Sede e Distrito	P	BEM	Unidade Ampliada	Projeto	2023	1		199.000,00	
002 - Gestão dos Serviços Administrativos do SAAE / Função: 17 - Subfunção: 122	SAAE	Sede	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		161.700,00	
003 - Operação e Manutenção do Sistema de Água / Função: 17 - Subfunção: 512	SAAE	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		107.200,00	
004 - Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto / Função: 17 - Subfunção: 512	SAAE	Sede e Distrito	A	SERVIÇO	Estrutura Funcional Mantida	Atividade	2023	1		214.200,00	



MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

LRF, art. 4º, § 1

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	79.450.100,00	76.755.966,00	0,036	84.261.820,00	79.037.445,00	0,037	88.203.080,00	80.469.921,00	0,038
Receitas Não-Financeiras (I)	79.010.700,00	76.331.466,00	0,036	83.669.320,00	78.481.681,00	0,037	87.508.280,00	79.836.037,00	0,038
Despesa Total	79.450.100,00	76.755.966,00	0,036	84.261.820,00	79.037.445,00	0,037	88.203.080,00	80.469.921,00	0,038
Despesa Não-Financeira (II)	77.540.100,00	74.910.733,00	0,035	82.444.320,00	77.332.633,00	0,037	86.473.880,00	78.892.327,00	0,038
Resultado Primário (I - II)	1.470.600,00	1.420.733,00	0,001	1.225.000,00	1.149.048,00	0,001	1.034.400,00	943.710,00	0,000
Resultado Nominal	(1.900.000,00)	(1.835.571,00)	-0,001	(1.805.000,00)	(1.693.087,00)	-0,001	(1.714.800,00)	(1.564.456,00)	-0,001
Dívida Pública Consolidada	34.726.248,92	33.548.690,00	0,016	32.921.248,92	30.880.076,00	0,015	31.206.448,92	28.470.440,00	0,014
Dívida Consolidada Líquida	34.726.248,92	33.548.690,00	0,016	32.921.248,92	30.880.076,00	0,015	31.206.448,92	28.470.440,00	0,014

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	1,5	2,0	2,0
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,3	5,3	5,29
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,51	3,1	3
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	221.000,00	225.000,00	230.000,00
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:	3,51	6,61	9,61

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	67.738.900,00	0,000	63.417.463,71	0,000	(4.321.436,29)	(6,38)
Receita Não-Financeira (I)	67.657.400,00	0,000	63.250.467,74	0,000	(4.406.932,26)	(6,51)
Despesa Total	67.738.900,00	0,000	61.581.203,78	0,000	(6.157.696,22)	(9,09)
Despesa Não-Financeira (II)	66.478.900,00	0,000	60.388.065,82	0,000	(6.090.834,18)	(9,16)
Resultado Primário (I-II)	1.178.500,00	0,000	2.862.401,92	0,000	1.683.901,92	142,89
Resultado Nominal	(1.332.500,00)	0,000	(18.789.795,88)	0,000	(17.457.295,88)	1.310,12
Dívida Pública Consolidada	43.292.279,87	0,000	36.626.248,92	0,000	(6.666.030,95)	(15,40)
Dívida Consolidada Líquida	43.292.279,87	0,000	33.914.737,98	0,000	(9.377.541,89)	(21,66)

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

LRF, art.4º, §2º, inciso II R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	63.372.100,00	66.743.300,00	5,32	65.249.900,00	2,96	79.450.100,00	25,37	84.261.820,00	32,96	88.203.080,00	39,18
Receitas Não-Financeiras (I)	62.836.400,00	66.245.200,00	5,42	64.801.500,00	3,13	79.010.700,00	25,74	83.669.320,00	33,15	87.508.280,00	39,26
Despesa Total	63.372.100,00	66.745.300,00	5,32	65.249.900,00	2,96	79.450.100,00	25,37	84.261.820,00	32,96	88.203.080,00	39,18
Despesas Não-Financeiras (II)	62.070.100,00	65.402.800,00	5,37	63.907.400,00	2,96	77.540.100,00	24,92	82.444.320,00	32,82	86.473.880,00	39,32
Resultado Primário (I - II)	766.300,00	842.400,00	9,93	894.100,00	16,68	1.470.600,00	91,91	1.225.000,00	59,86	1.034.400,00	34,99
Resultado Nominal	(1.281.000,00)	(1.332.500,00)	4,02	(1.332.500,00)	4,02	(1.900.000,00)	48,32	(1.805.000,00)	40,91	(1.714.800,00)	33,86
Dívida Pública Consolidada	42.117.339,88	43.292.279,87	2,79	15.497.978,05	(63,20)	34.726.248,92	(17,55)	32.921.248,92	(21,83)	31.206.448,92	(25,91)
Dívida Consolidada Líquida	42.117.339,88	43.292.279,87	2,79	15.497.978,05	(63,20)	34.726.248,92	(17,55)	32.921.248,92	(21,83)	31.206.448,92	(25,91)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	60.934.712,00	64.486.280,00	5,83	63.043.382,00	3,46	76.755.966,00	25,96	79.037.445,00	29,71	80.469.921,00	32,06
Receitas Não-Financeiras (I)	60.419.615,00	64.005.024,00	5,93	62.610.145,00	3,63	76.331.466,00	26,34	78.481.681,00	29,89	79.836.037,00	32,14
Despesa Total	60.934.712,00	64.488.213,00	5,83	63.043.382,00	3,46	76.755.966,00	25,96	79.037.445,00	29,71	80.469.921,00	32,06
Despesas Não-Financeiras (II)	59.682.788,00	63.191.111,00	5,88	61.746.280,00	3,46	74.910.733,00	25,51	77.332.633,00	29,57	78.892.327,00	32,19
Resultado Primário (I - II)	736.827,00	813.913,00	10,46	863.865,00	17,24	1.420.733,00	92,82	1.149.048,00	55,95	943.710,00	28,08
Resultado Nominal	(1.231.731,00)	(1.287.440,00)	4,52	(1.287.440,00)	4,52	(1.835.571,00)	49,02	(1.693.087,00)	37,46	(1.564.456,00)	27,01
Dívida Pública Consolidada	40.497.442,00	41.828.290,00	3,29	14.973.892,00	(63,03)	33.548.690,00	(17,16)	30.880.076,00	(23,75)	28.470.440,00	(29,70)
Dívida Consolidada Líquida	40.497.442,00	41.828.290,00	3,29	14.973.892,00	(63,03)	33.548.690,00	(17,16)	30.880.076,00	(23,75)	28.470.440,00	(29,70)

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2023

LRF, art.4º, §2º, inciso III

	2021	%	2020	%	2019	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	969.146,54	100,00	11.653.548,39	100,00	(19.377.427,09)	100,00
TOTAL	969.146,54	100,00	11.653.548,39	100,00	(19.377.427,09)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
	2021	%	2020	%	2019	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023

LRF, art.4º, §2º, inciso III

	2021	2020	2019
	(a)	(d)	
R\$			
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-
DESPESAS LIQUIDADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I-II)	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS
2023

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS PREVIDENCIARIAS	2019	2020	2021	R\$
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIARIAS	2019	2020	2021	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-	-
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I – II)	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2023

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	
-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA
2023

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2023	2024	
TOTAL		-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARATER CONTINUADO
2023

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2023	R\$
Aumento Permanente da Receita		3.959.133,00
(-) Transferências constitucionais		1.327.380,00
(-) Transferências ao FUNDEB		265.476,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		2.366.277,00
Redução Permanente de Despesa (II)		-
Margem Bruta (III) = (I+II)		2.366.277,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		-
Impacto de Novas DOCC		-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)		2.366.277,00

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.



MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023

LRF, art 4º, § 3º

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS		R\$
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal	1.694.400,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00	
Condenações Judiciais	81.300,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	1.575.700,00	
Despesas com pagamentos de juros orçada a menor	10.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	10.000,00	
INSS, PASEP, PRECATÓRIOS	1.900.000,00	Parcelamento dos débitos e pagamento das parcelas obrigatórias, com o adiamento dos projetos que exija menor prioridade.	1.900.000,00	
TOTAL	3.685.700,00	TOTAL	3.685.700,00	

FONTE: Sistema Integrado de Orçamento, Contabilidade e Finanças do Município De Barra Da Estiva, IBGE e SEPLAN/BA.

